



PERSPECTIVAS DE MUDANÇAS NA IGREJA E NOS MOVIMENTOS SOCIAIS*

Humberto Plummen**

INTRODUÇÃO

A proposta para nossos trabalhos e reflexões no dia de hoje é o tema "Perspectivas de mudanças na Igreja e nos Movimentos Sociais. De que tipo de mudanças se trata? Quais são as perspectivas, quais são nossos sonhos?" Leonardo Boff, referindo-se ao contexto social contemporâneo, escreve: "Uma das crises de nossa civilização é, que ela não tem sonhos, ela tem, sim, negócios, tem juro, tem mercado, tem de tudo menos grandes sonhos". Filósofos franceses falam do fim das grandes narrações. No entanto, milhares de pessoas do mundo inteiro, ligadas a movimentos sociais, organizações populares, ONGs participaram este ano do "Fórum Social Mundial" em Porto Alegre (RS), convencidos que "outro mundo é possível".

Creio eu, aliás é minha convicção, que os movimentos sociais e organizações civis e eclesiais desempenharão um papel, se não for decisivo pelo menos de maior peso na caminhada a médio e longo prazo, para uma sociedade em que todos e todas caibam (ASSMANN), uma sociedade sem exclusões. Esse futuro, que sonhamos, está nascendo no bojo da realidade que nos cerca, em cujo tecido social nós vivemos e

* Texto apresentado como palestra em Curso de Verão, realizado em Fortaleza, em julho de 2001. Esse trabalho teve uma primeira publicação em VV.AA. *Ética, cultura e igrejas em tempos de globalização*: Fortaleza: Curso de Verão, 2001 (Uma cartilha que reuniu todas as palestras do Curso de Verão daquele ano). Sua republicação aqui é feita como homenagem e memória de uma das figuras da Igreja dos pobres, tema do dossiê deste número da *Paralellus*.

** Sacerdote Redentorista de origem holandesa. Teve importante atuação como teólogo e sociólogo na experiência de Igreja dos pobres no nordeste brasileiro. Sobre sua atuação, veja: LYRA, Flávio de Andrade; CHAVES, José Afonso. Humberto Plummen: um sociólogo educador da Igreja dos pobres no Nordeste, neste número da *Paralellus*.



nos movemos como peixes na água. Os movimentos sociais críticos e libertários contribuirão decisivamente para reverter a corrente dessa água.

São três as grandes tendências, no campo sócio-político e cultural, que se combatem no interior da sociedade contemporânea, cujas perspectivas podem ser brevemente resumidas assim:

1. A perspectiva da sociedade consumista neoliberal filantropiza a questão sócio-político com sua política de cestas básicas e políticas compensatórias. Sua mentalidade invadiu até Igrejas locais, atendendo apelos imediatistas, tentando satisfazer a qualquer aspiração do freguês passageiro.

2. A perspectiva dos movimentos sociais populares de emancipação, buscando novas formas de relações sociais alicerçadas em comportamentos éticos de solidariedade criando formas novas de democracia e de cidadania.

3. A perspectiva fundamentalista com sua volta a valores convencionais e tradicionalistas, fechando-se ao diálogo e radicalizando posições extremadas.

É evidente, que nossa perspectiva, nos trabalhos do dia de hoje, será a perspectiva dos movimentos sociais críticos e transformadores. Procurarei nesta minha introdução, colocar algumas considerações que poderão servir de subsídio para posteriores elaborações nas oficinas de trabalho. Optei por reverter a ordem do tema. Num primeiro momento refletirei sobre o que está acontecendo nos movimentos sociais críticos e movimentos sociais populares, para num segundo momento, me referir à Igreja e seus rumos, tendo como referencial o que está acontecendo na sociedade civil.

A minha palestra consta de vários itens: Caracterização global dos movimentos sociais; Mudanças significativas na vida dos mesmos; Estratégias contemporâneas; Perspectiva da Igreja.

1 CARACTERÍSTICAS GLOBAIS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Movimentos sociais de caráter civil ou religioso sempre estiveram presentes na história das realidades humanas em épocas e espaços diferentes e também aqui no Brasil. Não é agora o momento de relembrar essa história. A designação movimentos sociais populares tem sido empregada para analisar o conjunto das lutas sociais no campo sindical e/ou no campo popular para questões de discriminações materiais e culturais ou temas sócio-culturais. Demandam, eles, mudanças e transformações de caráter social e cultural.

A noção movimento sindical demarcou o campo das lutas entre o mundo do trabalho e o do capital, o "mundo da produção social". A noção movimento social popular serviu para distinguir as lutas sociais referentes ao campo de "reprodução social", isto é, o campo de acesso aos bens e serviços materiais e culturais (moradia, saúde, terra, natureza, educação, direitos humanos, relações entre os sexos e raças; meio ambiente etc.).

Hoje, o termo movimentos sociais populares é utilizado para caracterizar as forças sociais atuando criticamente, contestando o sistema. Manifestam-se através de organizações diversas (associações, cooperativas, redes, fóruns, congressos, simpósios, ONGS) com vigor e amplitude (SOUZA, 1999). São ações e práticas coletivas de caráter econômico, político, cultural, ético e religioso. Visam a realização de projetos por uma vida qualitativamente melhor. Portanto, são sujeitos coletivos de transformação, tendo um mínimo de organização, um quadro de lideranças e princípios valorativos. São menos permanentes que instituições, porém, mais flexíveis e fluidos. Confrontam-se com as forças sociais mantenedoras do "status quo", do regime institucional hegemônico, buscando novas formas e novos modos de vida numa perspectiva de emancipação. Provocam e interferem em processos históricos de mudanças.

Em nossa região do Nordeste uma pluralidade de organizações e associações populares funciona. A Escola Quilombo dos Palmares (Equip) organizou e coordenou um trabalho de cadastramento dos movimentos sociais populares em nossa região e registrou, até hoje, 2007 entidades. Um dado, creio eu, que relativiza as discussões sobre a crise e a ausência de visibilidade dos movimentos sociais populares na região

nordestina. Não quero entrar nesta discussão, aliás, não faz parte do tema em pauta. Nosso assunto é refletir sobre os significados da dinâmica societária contemporânea. Qual é a perspectiva e quais são as mudanças? O que será assunto de reflexão no item que segue.

2 MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NA VIDA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES

As décadas de 60 e 70 foram marcadas pela presença de movimentos sociais revolucionários. A tomada do poder político era central. A década de 80 foi a década de grandes mobilizações e reivindicações, cuja ação contestadora estava centrada no Estado. Mudou este quadro na década de 90. Ela foi o palco de mudanças significativas na vida e na ação dos movimentos sociais populares. Vários fatores de caráter econômico, político, cultural, ético e religioso entraram em cena.

- Sistema neoliberal reduziu sensivelmente o poder do Estado, abalado pela dinâmica de fluxos globais das redes de riqueza e poder transnacionais. O Estado perdeu boa parte de sua soberania e de suas funções no campo econômico e social.

Passou o tempo, com a queda do socialismo real, em que a gestão da produção e de todos os serviços era feita pelo governo do partido único. Está passando também o tempo em que, nas sociedades capitalistas da social-democracia, os governos fazem a gestão da reprodução real (saúde, habitação, educação, seguridade etc.), bem como a gestão da infra-estrutura produtiva (energia, transporte, comunicação).

- A dinâmica e os efeitos da globalização neoliberal diminuíram a importância das grandes organizações sindicais.

Eles perderam muito de sua força de barganha. Seu papel hoje é ser negociador trabalhista e não mais de vanguarda. A preocupação em assegurar o emprego, e de obter um plano de saúde, o fracasso do socialismo real, a ofensiva da mídia, concentrada no estímulo consumista neoliberal e interesses pessoais individualistas, também no campo religioso, favoreceram o desinteresse político. O conjunto desses fatores atingiu também uma grande parcela da população que os movimentos sociais populares tradicionalmente procuraram sensibilizar, mobilizar e organizar.

- Novos movimentos sociais, engajados em novas formas de fazer política emergiram e introduziram formas novas de sociabilidade na década de 90. As opções favoritas eram os movimentos femininos, étnicos, ecológicos, homossexuais, lésbicas, direitos humanos.

Novas temáticas se incorporaram à agenda das organizações populares: cultura, subjetividade, tolerância, afetividade, ética, desenvolvimento sustentável, cidadania, políticas públicas etc. Aumentou enormemente a quantidade de novos modelos organizativos dos setores populares. As atividades, outrora fundamentalmente contestatórias e reivindicativas, se redefiniram. A indignação diante da ausência da ética na política e na economia e a agressão a certos valores de consenso na sociedade levaram à eclosão de movimentos sociais de base pluriclassista, liderados pelas camadas médias e articuladas em torno de problemáticas de direitos humanos, de questões ecológicas, de gênero e de segurança. As ações se centralizaram na dimensão ética e /ou na revalorização da dignidade humana. Cumpre destacar que parte das ações que tem mobilizado grandes coletivos de pessoas, nos anos de 90, emergiu antes de uma chamada à consciência individual do que da consciência coletiva (Viva Rio - contra a violência a Ação de Cidadania - contra a miséria e pela vida de Netinho, Mov. nacional de meninos e meninas de rua). Tais movimentos estão centrados em valores baseados mais em relações sociais solidárias e pouco alicerçados em projetos políticos partidários como era o caso nos anos 80, ainda que a questão da solidariedade seja também, por si só, eminentemente um projeto político.

Neste contexto (da década de 90), profundas alterações se deram no modo de o Estado operar e na forma de se relacionar com a sociedade civil. Com a promulgação da Constituição (1988), as leis orgânicas estaduais e municipais, resultado das lutas e pressões populares anteriores, vários canais de participação na gestão da vida sócio-política foram formalmente abertos. Ocorreu, o que F. de Oliveira chama uma mudança na forma de interlocução dos movimentos sociais populares com o Estado. Cresceu sua presença no campo das "Políticas Públicas", principalmente em nível local. Alguns cientistas sociais falam de "localismo político".

A intervenção dos movimentos sociais populares nas "Políticas Públicas" expressa uma nova concepção de sua identidade e de sua relação com o Estado. Público não

é o que está no campo governamental; o Estado deixou de ser, há muito tempo ou nunca foi, um aparato público. Público é o que se destina a todos(as) ou a maioria e o que, ao mesmo tempo, é decidido por todos ou por legítimos representantes das organizações da sociedade civil. Espaços públicos não-governamentais são serviços e atividades geridas e fiscalizadas por representantes de organizações da sociedade civil com o apoio técnico ou financeiro de organizações governamentais e/ou não-governamentais (Ongs), esses últimos comprometidos e aliados aos "atores populares de base" da sociedade civil (movimentos sociais de base, pastorais sociais, cooperativas, sindicatos e outros). Uma nova postura frente ao Estado nasceu. Na interpretação estrutural - autonomista dos movimentos sociais populares o conflito com o Estado era central. O movimento social popular era anti-Estado - Numa interpretação com maior "foco institucional" vê-se o Estado como um dos negociadores da dinâmica social, sua relação com o Estado hoje é de diálogo e negociação, trazendo propostas propositivas e afirmativas. Muitas Ongs assumiram, nesta concepção, um papel de mediação entre coletivos individuais e as instituições do sistema governamental (administrativas e políticas). Elas não são representantes dos movimentos sociais populares, são suas assessorias, às vezes, porém, assumem um papel de representação diante do Estado.

Foram postos em andamento programas que reforçam o envolvimento dos movimentos sociais populares com iniciativas do Estado. Vale aqui uma observação crítica; ora, se o Estado neoliberal se move na rota de minimização de seu aparato e passa por um processo de transferência de suas responsabilidades sociais, sem caminho de volta, quais são as expectativas de ganho no campo das políticas públicas? Não estou argumentando que o movimento social popular não devesse estar presente nas diversas instâncias (conselhos, orçamento participativo) onde essa oportunidade de participação foi aberta e, muitas vezes, abertas por força da conquista popular. O que estou indagando é sobre o **rendimento** dessa presença em termos **políticos** e **pedagógicos**. Se a perspectiva é a de conquistar espaços de intervenção no âmbito do Estado e oportunizar apenas benefícios individuais, onde fica a dimensão de aprendizagem para a construção de outras formas de cidadania, outras formas de democracia, outras formas de gerência e controle dos interesses públicos? Em que medida essa experiência se tem transformado em conteúdos de aprendizagem e de exercícios de uma nova cidadania que vai além dos limites de

negociação definida pelo Estado neoliberal? O que inquieta não é somente o preparo incipiente e a fragilidade política de boa parte dos participantes de conselhos e outros mecanismos institucionais para se defrontar com a capacidade instalada de negociação e manipulação dos dispositivos governamentais ou com o desinteresse de seu funcionamento. O importante, em termos pedagógicos de conscientização séria, é o aproveitamento dessa experiência para que ela saia do campo do ativismo, de pura militância para o campo de construção de novos saberes, novos comportamentos e de novas posturas na vida cotidiana do dia a dia e na vida política da sociedade. É assumindo o comportamento e a tarefa de costurar o tecido social com pontos finos e resistentes que se ajuda a preparar as condições de um desenvolvimento onde todos e todas estão incluídos e convocados a colocar sua marca individual, única e insubstituível. Esse não é o horizonte que se possa avistar através da ótica economista predominante hoje, cujas estratégias desmobilizam e excluem.

Na luta pela reconquista do controle sobre o espaço público há um programa de mudanças a cumprir que está muito vinculado ao plano ético, à expansão e aprofundamento da democracia no interior dos movimentos sociais e à criação de significados que produzem a sustentação dessas mudanças. Sem o investimento maciço numa educação que pressione a abertura de espaços onde a geração de valores, a consolidação de posturas, a produção e socialização de saberes e o exercício de nossas relações de poder possam se dar, dificilmente se chegará a instituir uma convivência mais justa entre nós.

3 AS ESTRATÉGIAS CONTEMPORÂNEAS

O clima subjetivista, individualista do sistema neoliberal teve forte impacto sobre o enfoque político das organizações populares. Frei Betto observa, neste contexto que "o enfoque político se deslocou do macro para o micro, do global para o local, do social para o pessoal. O micro, o mundo existencial, vital e local, do dia a dia tem prioridade em detrimento do social, do macro".

A predominância do imediato, do local favorece a preocupação com necessidades individuais de caráter econômico e/ou psicológico: a sobrevivência material de um lado e, do outro, o equilíbrio, a harmonia, a vida espiritual. Num mundo de incertezas

sem utopias e projetos societários há fortes tendências a procurar abrigos, respostas místicas e religiosas de curto prazo. O tão protelado fim das ideologias (FUKUYAMA) e das grandes narrações (LEONART) não suscita mais esperanças de transformações sócio-política. A tentação é de persegui-las no espaço religioso. Aí, então, se tenda satisfazer a qualquer impulso do freguês passageiro, pondo de tudo na prateleira: rezas, cânticos, discos, livros de autoajuda, sacramentos fortes, exorcismos, milagres (RESENDE). As pessoas querem saber como sobreviver em paz num mundo complexo e fragmentado.

A reação religiosa contra o desencanto do mundo pós-moderno não está relacionada com a tal chamada crise dos movimentos populares? Esclarecedora, a meu ver, é a análise que Frei Betto faz do Movimento dos Sem Terra (MST): "ali", diz ele "o político (a reforma agrária) se articula com o **benefício pessoal e familiar concreto** (a ocupação da terra e a conquista de um lote). A utopia (o socialismo democrático) é evidenciada em atividades coletivas (assentamentos e cooperativas); o ético (a militância e as marchas) encontra motivação no estético (os símbolos como a bandeira, as músicas, as romarias, o ritual dos encontros)". E afirma o Frei: "os movimentos populares devem partir das demandas específicas da população, ainda que elas não pareçam ser as mais políticas e ideológicas". Em outras palavras não se trata de partir daquilo que direções e lideranças julgam melhor para o povo, mas, sim, do que interessa e mobiliza, invertendo o processo. Exemplifica o Frei: "talvez muitos não entendam o caráter neoliberal do governo, mas querem manter seus empregos e conquistar melhores salários e empregos. Talvez muitos não estejam motivados para um debate sobre socialismo, mas estão dispostos a trabalhar para organizar uma creche para crianças carentes ou uma escola de alfabetização" e, acrescento, lutar, em nível local, para que a prefeitura respeite e cumpra as suas obrigações formuladas no "Estatuto da Criança e do Adolescente".

O movimento social popular deve enfrentar o desafio metodológico e estratégico de partir do pessoal ao social, do local ao nacional, do subjetivo, do espiritual e religioso ao político e ideológico.

O trabalho de base, nesta concepção, só terá êxito, observa o Frei, se associar lazer e dever, criatividade artística e formação estética e ética. "Não é possível criar uma

cortina de ferro, que torne as pessoas imunes à ideologia neoliberal, ao consumismo ou aos encantos da globalização. A questão é como introduzir práticas sociais que despertem nas pessoas uma consciência/experiência críticas frente ao sistema, de modo que a nova sociedade possa vir sendo forjada nas entranhas da atual, como a criança no ventre materno".

O papel das lideranças, a meu ver, parece ser ajudar seus companheiros(as) dos movimentos sociais populares a saltar fora da lógica do capitalismo, reagir às desgraças da lógica do mercado, contribuindo para construir nas pessoas, onde a vida nos colocar, algo diferente, cujo objetivo e sentido sejam a vida e não o lucro, novas relações solidárias e não a exploração, respeitando a especificidade e a autonomia dos movimentos sociais populares, vinculando-os com algo maior, algo comum a todos. Um novo projeto de convivência passa, necessariamente, pelo crescimento das pessoas em sua individualidade.

No entanto, a unidade de ação que se procura não se dá em cima de lutas específicas, mas em cima de princípios éticos que devem motivar a multiplicidade e diversidade dos movimentos sociais populares para criar uma nova relação entre ética, economia e política que distribui, com equidade, riqueza, renda, saber e poder. A perspectiva estratégica não é a de movimentos sociais monolíticos, mas de encontros (fóruns, assembleias, congressos, simpósios) que condicionam e congregam redes de **solidariedade** geográficas e temáticas, alicerçadas em princípios éticos antiglobalização neoliberal. A sociedade contemporânea não suporta mais estruturas monolíticas centradas no Estado.

A experiência do "Fórum Social Mundial" está aí. O que permitiu construir unidade foi um conjunto de valores e princípios comuns que orientou a construção do Fórum e serviu de base para negociações políticas. O debate não buscou descaracterizar as diferenças entre os atores sociais envolvidos, ao contrário, foram justamente estas diferenças e a presença de seus interesses, às vezes contraditórios, que deram ao F-S-M- o caráter inovador e de sucesso. O F-S-M-, além de ser um local de manifestação e de debates de ideias e práticas, produziu um espaço poderoso de **articulação** entre diversos grupos e pessoas, ampliando o poder **das redes e alianças** e de compromisso com o futuro.

Parece que o espaço de articulação, oferecido pela Central de Movimentos Populares (C.M.P.), fruto de um longo processo de reflexão, aqui no Nordeste, não teve a capacidade de ser espaço aglutinador de articulações. Paulo Afonso, sociólogo da Equip, observa: "é claro que existem influências da conjuntura, da estrutura de base do movimento, do montante de dirigentes profissionalizantes etc, mas parece que a grande dificuldade da C.M.P. é de adesão plena tanto em nível de base, quanto em nível de importantes movimentos nacionais".

A "Consulta popular" articula, hoje, um conjunto de movimentos sociais e tenta constituir uma rede de militância fortemente descentralizada, que não tem uma estrutura hierarquizada, burocrática. O MST, as Pastorais Sociais, os Sem Teto, o C.M.P., intelectuais e muitos militantes formam esta rede que tem muitos milhares de pessoas. A "Consulta" mantém um trabalho de articulação, de formas de comunicação, de formação sistemática e formulação de projetos. César Benjamim, um dos organizadores fundadores, numa palestra, diz o seguinte: "no fundo, acho, que estamos tentando é ajudar a criar uma outra geração, não no sentido cronológico – jovem contra velho – e sim sair do espaço político-cultural em que a esquerda se fechou nos últimos 15 anos e fazer com que milhares de militantes de esquerda abram um novo espaço de outra qualidade".

E os partidos de oposição? Qual é o significado deles na caminhada dos movimentos populares? Tem grande importância ainda. Pois, é no campo do Estado que se formulam o direito e as leis. Creio que partidos oposicionistas sérios continuarão, a curto e médio prazo, a abrir e alargar **espaços institucionais** para os trabalhos dos movimentos sociais populares: protagonistas e portadores de novas relações sociais em nível micro e macro, ajudando a superar os modelos eleitoreiros, clientelistas e paternalistas de fazer política.

Parece, que, atualmente, assistimos a uma retomada e nova animação do movimento popular. Esta retomada está motivada em novas utopias, agora não de modelos políticos, mas em novos paradigmas e princípios éticos.

4 A PERSPECTIVA DA IGREJA

Fala-se muito em refluxo da prática sócio-política na Igreja, sujeitos, organizações e movimentos, se retirando de sua missão libertadora no mundo. Há uma dose de verdade nesta avaliação, mas nem tudo é sombra no "Povo de Deus". O que está acontecendo, creio eu, na sociedade em sua globalidade acontece também na Igreja em sua globalidade; perda de compromisso com o social e político tão presente na época da hegemonia da Teologia de Libertação dentro da Igreja.

A partir da década de 80 (85), movimentos espiritualistas e fundamentalistas, vindos de fora, ganharam a hegemonia no interior da Igreja. Esses se distanciaram em princípio de um compromisso social mais efetivo e privilegiam a dimensão subjetiva, simbólica e espiritual, explorando muitas vezes o massivo, o milagroso, o maravilhoso, o alegre e o sensível. O fenômeno de padres cantores com grande aparato estético, apoiados pela mídia, invadiu o imaginário religioso da grande massa e tudo numa linha da sociedade de espetáculo e de estrelismo.

A esfera da presença profética das CEBS da época de 70-85 perdeu vitalidade por falta de apoio institucional – salvo exceções –, tão assíduo nos anos 70 e 80. Aquelas forças renovadoras no interior das Igrejas ficaram na retaguarda na época de 90. Hoje, são grupos minoritários que buscam viver seu compromisso social evangélico.

Com o processo de redemocratização do país um número expressivo de católicos continuou sua presença em pastorais sociais e seus serviços (CPT, CPO, CPP) como agentes pastorais, outros (creio a grande maioria) se fizeram presentes em organizações populares (associações, cooperativas, movimentos sociais populares, MST, organizações governamentais de prefeituras na mão de certos partidos de oposição (por ex., o PT), organizações não governamentais aliadas ao movimento social popular).

Seguem o rumo e a estratégia dos movimentos sociais populares. Em vez de usarem suas energias em brigas internas da Igreja, usam sua energia na convocação, animação e formação da resistência popular sem ficar pedindo a benção de instâncias eclesiais. Não entraram na **domesticação eclesial** (SUESS). Perceberam a fragilidade de muitas igrejas locais (a maioria?) no campo social e político e a urgência

da causa dos excluídos nos tempos anuais. O específico de sua presença está, a meu ver, em contribuir **na esfera ética**. A primazia da dignidade da pessoa e de todas as pessoas, a opção pelos pobres e excluídos, os valores da liberdade, da tolerância ativa, da solidariedade, da fraternidade, da participação e comunhão (articulação) são valores eminentemente evangélicos. O problema para muitos deles e delas é a comunhão eclesial. Como viver a sua pertença eclesial? Já se fala hoje de uma Igreja invisível.

O cenário de mudanças e transformações, num mundo em acelerado ritmo de secularização, é cada vez mais a sociedade civil secular. Lá são travadas as lutas no campo social, cultural, político e ético e o cristão deve estar metido nelas. A crescente convicção da necessidade da ética nas ações dos movimentos populares deve provocar os cristãos a contribuir com o que é o mais específico em sua crença. Hans Kung vê, na emergência da dimensão ética, uma revitalização e nova chance da religião, trocas então de uma religião comprometida com os excluídos do mundo e engajada em suas lutas. Essa concepção tem raízes profundas na visão antropológica do cristianismo.

Tudo, porém, sob o ângulo da ação social da **Instituição eclesiástica**, não é sombra. Forças progressistas não estão ausentes em instâncias institucionais eclesiásticas. Lembro as Campanhas anuais de Fraternidade, organizadas pela CNBB, os Ensinamentos sociais do magistério, as Semanas sociais, o Grito dos Excluídos que já se tornou **uma Rede ampla** de solidariedade, organizações leigas de Justiça e Paz e de Direitos humanos, os Simpósios e o Tribunal sobre a dívida externa, o Plebiscito etc. Forças no interior da Instituição persistem em reivindicar a Reforma Agrária, denunciar a violação dos direitos humanos – campo preferido e próprio da Igreja.

A perspectiva para nós cristãos, creio eu, é cerrar fileiras com os que sentem as mazelas da condição brasileira contemporânea, e se engajar numa luta que não pode ser mais deste ou daquele grupo, mas de todos os cidadãos conscientes de sua responsabilidade ética e política. Espera-se da Igreja instituição, de suas instâncias eclesiásticas locais, diocesanas e mundiais um posicionamento de escuta e diálogo com o mundo pós-moderno e não uma estratégia autoritária e paternalista em favor

de verdades absolutas e posições exclusivistas. É disfuncional! E, a curto prazo, parece ainda um sonho. Gosto de lembrar o que ouvi Dom Helder Camara (de saudosa memória), repetir muitas vezes: "não devemos temer a utopia, gosto de repetir muitas vezes". Dizia ele: "que ao sonharmos sozinhos limitemo-nos ao sonho. Quando sonhamos em grupo alcançamos imediatamente a realidade. A utopia compartilhada com milhares, é esteio da História".

Uma nova maneira de conviver se constrói nas rachaduras dos sistemas sócio-político e eclesiástico por milhares e milhões de pessoas, sonhando juntos que **outro mundo é possível**.